

SUPERANDO A DISTÂNCIA ENTRE O JUDICIÁRIO E OS DESTINATÁRIOS DO DIREITO: EXPERIÊNCIAS NA ATUAÇÃO EXTENSIONISTA

Coordenador: SERGIO JOSE PORTO

Autor: CAMILA HAAS PRIMIERI

O Serviço de Assessoria Jurídica Universitária é um programa de extensão vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, completando 60 anos de atuação frente à sociedade. Durante todas essas décadas de serviços prestados, o SAJU buscou humanizar o acesso à justiça, de modo que ele realmente abarcasse todos os setores sociais. Este trabalho visa abordar essa atividade na temática do Projeto Abrigando Cidadania, gerido pelo Grupo de Assessoria Popular - GAP, desenvolvida nos anos de 2009 e 2010. O Projeto Abrigando Cidadania tem como objetivo geral a capacitação, orientação e fortalecimento dos moradores de áreas irregulares de ocupação habitacional consolidada. Todo esse processo de aprendizagem e troca de experiências busca alcançar um grau de consciência coletiva que torne os próprios destinatários de direito capazes de defendê-los e reivindicá-los de forma conjunta. Os estudantes, engajando-se nas comunidades, adquirem uma experiência inigualável de realidade social, além de terem contato com instrumentos de humanização e sensibilização do direito. Tal movimento de emancipação popular visa promover e garantir o direito à terra urbana e à moradia adequada como inerentes à dignidade humana, consoante o disposto na Constituição Federal. A metodologia utilizada compreende a capacitação de um grupo interdisciplinar de estudantes, com ênfase em educação popular, direito à moradia, direito à cidade, acesso à justiça e direitos humanos, através de livros, artigos, documentários, filmes, arquivos eletrônicos e a troca de experiência entre os diversos membros do grupo. A comunicação com os moradores das comunidades acontece em reuniões, visitas, assembleias e apresentações, por diálogos pessoais e oficinas. A ideia adotada vem da visão de Paulo Freire sobre uma educação horizontal e troca de saberes, de modo que o estudante não está apenas absorvendo informações e repassando-as, mas refletindo e dialogando com todo o conhecimento adquirido e com os demais indivíduos do grupo e das comunidades participantes. Durante os anos de 2009 e 2010, o projeto trabalhou conjuntamente com as Vilas São Pedro, São Judas Tadeu e Salvador França e com as ONGs COHRE e ACESSO. A articulação foi feita nas próprias reuniões semanais do grupo, momento no qual também se dava a capacitação de seus membros, e em reuniões, seminários, assembleias e outras atividades de

mobilização que envolviam todas as entidades interessadas. Esses espaços de discussão buscavam delinear as ações desenvolvidas em prol do direito à moradia dos habitantes desta capital. Todavia, o grupo encontrou dificuldades neste percurso. Primeiramente, é de se ressaltar que, do tripé ensino-pesquisa-extensão, esta última recebe menos atenção acadêmica e menos recursos, além de obrigar os estudantes a romper com as barreiras invisíveis que separam a universidade do restante da sociedade. Por outro lado, o próprio curso de ciências jurídicas e sociais não está voltado para os setores mais vulneráveis de nossa população, mantendo-se distante dos problemas e conflitos que os afligem. Além disso, apenas as oficinas e o trabalho de emancipação popular pareciam não solucionar as questões mais urgentes de habitação das comunidades assessoradas. Em meados do ano de 2009, o grupo recebeu a notícia de que o Ministério Público ingressou com duas Ações Cíveis Públicas, buscando obrigar o executivo estadual a promover a regularização fundiária das Vilas São Judas Tadeu e Salvador França. Neste momento, através de uma mobilização conjunta dos estudantes, das Organizações Não-Governamentais parceiras e das Associações de Moradores das comunidades, foi decidido que os destinatários do direito - ou seja, os habitantes das áreas em questão - deveriam participar também desta ação judicial, já que decidirá a sua permanência no local que vivem há décadas. O grupo, desta forma, ampliou a sua gama de atuação, objetivando assessorar de forma mais completa e qualificada as demandas das comunidades e propiciar que a discussão da lide não se restrinja ao Estado e Ministério Público, mas se humanize, atingindo também os moradores e eventuais beneficiários/prejudicados da decisão judicial. Desta forma, o GAP buscou se interar da realidade das comunidades, indagando sobre suas demandas e potencialidades. Juntamente com AMOVITA (Associação de Moradores da Vila São Judas), foi recolhida a documentação necessária para o ingresso litisconsorcial na Ação Cível Pública, petição essa escrita em conjunto com os diversos advogados das ONGs. Entretanto, não basta o serviço jurídico clientelista, também é de necessário conscientizar as pessoas envolvidas de seus direitos e as formas de alcançá-los. Para isso, esteve o grupo envolvido com a elaboração de oficinas, a fim de dialogar com os moradores a respeito do processo em que se envolviam. Só que, tais tentativas foram frustradas pela abstenção e desinteresse daqueles que seriam os seus destinatários. As dificuldades enfrentadas foram um desestímulo ao grupo durante ao algum tempo, de modo que foram inibidas outras ações de igual caráter. Todavia, atualmente buscamos meios e modos de atrair os indivíduos e conscientizá-los sobre a importância de estarem cientes de seus direitos e fazê-los valer, por mais que sejam muitas vezes desrespeitados por um judiciário moroso e ineficaz e pelo esquecimento dos demais órgãos públicos envolvidos.

Dessa forma, pouco a pouco e na medida de nossa capacidade, estamos trabalhando para continuar o assessoramento nas comunidades e contribuir para que todo cidadão tenha uma moradia adequada às necessidades humanas.